



Começa a Campanha Salarial da categoria

Mais uma Campanha Salarial se inicia. Se alguém criou alguma expectativa de que viria, por parte da empresa, o reconhecimento pelo esforço e dedicação dos seus funcionários, em um ano extremamente difícil e perigoso, em que muitos companheiros (as) sucumbiram diante dessa terrível doença, com certeza, se frustrou!

Sendo assim, o SINTECT/JFA chama toda sua base para a grande mobilização da categoria. Vale ressaltar que todos nós, enquanto representantes de toda categoria ecetista, estamos abertos ao diálogo e à negociação, como sempre estivemos.

Que a direção da empresa possa rever sua imposição e apresentar propostas que realmente atendam as necessidades dos trabalhadores(as). Entendemos que, diante do maior lucro da história da empresa, ela tem como atender nossas demandas, e não se impor ou roubar, ainda mais, parte dos nossos

miseros salários. Portanto, estamos diante de mais uma luta a ser travada com essa direção mesquinha e usurpadora de direitos da categoria. Não fique alheio às notícias e participe ativamente da Campanha Salarial. É um dever de todos e de todas, afinal, é o nosso futuro que está jogo. Até a vitória!



Fora, Bolsonaro!



A categoria ecetista esteve presente, em Juiz de Fora, nas manifestações que estão acontecendo contra o governo Bolsonaro. Com protestos de “Fora, genocida” e “Vacina já”, os trabalhadores também reivindicam contra a privatização dos Correios. A diretoria do Sintect/JFA está sempre presente nos atos e parabeniza os funcionários que estão comparecendo, lutando pelos direitos da categoria, conclamando que os demais também participem de ações como essa. Nesse momento, todos devem se unir, para garantir os direitos que ainda nos restam, conquistados a duras penas ao longo da trajetória dos Correios.

Durante as manifestações, todo o protocolo de segurança é respeitado. Você confere mais fotos na página 3.

Correios lucram e privatização não se justifica

Os Correios registraram lucro líquido de R\$1,53 bilhão em 2020, segundo balanço divulgado, no mês de maio, no Diário Oficial da União. O resultado representa um forte salto frente ao ganho de R\$ 102,1 milhões, obtido em 2019.

Poderíamos ter dois sentimentos ao ler essa notícia. O primeiro seria de alegria, pois é mais um argumento para ser usado contra a privatização, pois o contexto usado sempre foi o de que a empresa dá prejuízo. Sabemos que é mentira, mas continuam com essas afirmações. O outro sentimento seria de tristeza e revolta, pois sabemos que esse lucro foi alcançado às custas do suor e do sangue dos trabalhadores ecetistas.

Vamos analisar a questão, começando pelo plano de saúde. Antes não era cobrada

sequer uma mensalidade, e agora nos cobram um absurdo, ainda retirando como dependentes pai e mãe, para economizar mais para a empresa. Depois, veio o último acordo coletivo, em que foram tantas as retiradas de direitos históricos que praticamente diminuíram os ganhos dos ecetistas em um terço do seu salário, havendo retiradas como: os 15% do sábado, a diminuição do valor do ticket e aumento no compartilhamento do mesmo, a retirada do vale cultura, a retirada do ticket extra no fim de ano, o fim dos 70% de férias e o fim do auxílio para filhos com necessidades especiais. Foram duros golpes para, nós, ecetistas. Muitos trabalhadores saíram da empresa, diminuindo assim sua folha de pagamento, e escravizando aqueles que permaneceram, contribuindo para o lucro

anunciado.

A conclusão a que chegamos é que não podemos comemorar o lucro bilionário apresentado, mas, sim, chorar, pois estamos sofrendo na pele e no bolso o porquê desse lucro. Cada agência sem carteiro, sem LTU, cada distrito sem carteiro, cada atendente que tem de trabalhar em duas cidades diferentes, cada filho com necessidade especial sem tratamento, cada sábado que trabalhamos sem receber, foi por tudo isso é que chegaram a R\$ 1,53 bilhão de lucro.

Comemorar essa receita é como um frango que comemora a compra de uma máquina de abate mais rápida e potente pelo dono da granja. Vamos à luta mais uma vez, contra a privatização e para reconquistarmos o que nos foi tirado.

Campanha Salarial: não temos nada a perder

Companheiros e Companheiras,

Estamos iniciando mais uma Campanha Salarial em meio a uma série de fatos nada alvissareiros. Há tempos que temos vivido perdas constantes, diante de reformas nocivas à classe trabalhadora.

Toda esta enxurrada de perdas se iniciou com o golpe contra a democracia, em agosto de 2016, com o impedimento à continuidade de um governo eleito pelos trabalhadores e trabalhadoras. A partir desse golpe, a elite opressora iniciou as reformas neoliberais, acumpliciada a um congresso permeado de corruptos e “assalariados” do capital, através de “pagamentos” de emendas de interesse dos dominadores.

Passou a Reforma Trabalhista, veio a Reforma da Previdência, empobrecendo mais ainda o proletariado, seja nos direitos, seja na situação financeira, uma vez que fica dispendiosa uma luta por direitos e salários nos tribunais. Para fechar a porta do inferno, o presidente eleito cumpre o que prometera,

transformando os sonhos dos trabalhadores e trabalhadoras, ainda que quiméricos, em pesadelos reais.

Hoje, nossa luta não se resume tão somente a salários e benefícios. Precisamos barrar uma política entreguista, que rouba nossos postos de trabalhos, nossos sonhos, tornando nosso futuro incerto e tenebroso. Precisamos urgentemente despertar para a luta, sair desta inércia, deste torpor, e enfrentar com bravura os burgueses opressores. A nossa primeira iniciativa deve ser a de que qualquer que seja nossa reação, por exemplo, uma grande greve, não desencadeará o processo de privatização dos Correios. Esta certeza, a da privatização, o governo já tem, faltando somente materializar o pregão, e confirmar datas; ou será no final deste ano 2021 ou início de 2022 (Carta Capital).

É bom firmar aqui que o interesse da classe trabalhadora em discutir e debater políticas propriamente ditas é saudável e deve ser uma

constante para melhores escolhas. Precisamos pressionar o Parlamento, o Congresso. Para melhor juízo, as bancadas que votam conosco são MDB, PC do B, PDT, PSB, PSOL, PT e REDE; as outras devem ser pressionadas a mudarem seus votos. “A sorte está lançada.”

Registramos aqui, oportunamente, que a arrecadação dos Correios, com os serviços de cartas, foi de R\$5,5 bilhões. Somando com as encomendas, o total chegou a R\$11 bilhões, com um lucro líquido de R\$1,5 bilhão em 2020. Fonte: (<https://www.cartacapital.com.br/politica/camara-deve-votar-privatizacao-dos-correios-nos-proximos-dias/>), acessado em 7/7/2021.

É essa a empresa que querem vender com o argumento de que dá prejuízo. Esse é o diálogo que temos que ter com a população. A privatização dos Correios causa prejuízo para todos nós, enquanto brasileiros e brasileiras que somos, não somente aos trabalhadores e trabalhadoras ecetistas. Nossa luta é pelo Brasil.

Junte-se a nós!

Sindicalize-se!



Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região

Rua Marechal Deodoro, 447/301 – Centro – Juiz de Fora/MG – 36013-001

E-mail: contato@sintectjfa.org.br

Tel: (32)3215-5318

Presidente: João Ricardo Guedes (Índio)

Jornalista Responsável: Munique Duarte

MTE 08.612 - imprensa@sintectjfa.org.br

Impressão: Gráfica União - Telefone: (32)3215-3941

Saúde e você!

Retirada de cláusulas sobre saúde e segurança do trabalhador

Trabalhadores da base do Sintect/JFA, começaram as reuniões da Campanha Salarial, visando o Acordo Coletivo 2021/2022. Nós, hoje, temos uma sentença normativa com 29 cláusulas, tendo havido a retirada de 50 cláusulas, na decisão da audiência com o TST. Foi um ataque do governo e da direção da ECT contra todos os ecetistas do Brasil, principalmente, na área da saúde, em que várias cláusulas foram retiradas ou modificadas para simplesmente prejudicar os trabalhadores.

Vamos citar algumas das principais, como a cláusula 33. Antes, o trabalhador indeferido no INSS e no ASO da empresa ficava 90 dias prorrogáveis, mais 90 dias desde que estivesse em benefício do INSS, recebendo da empresa, o que o ajudava no momento em que mais precisava. A ECT cortou sem ter o mínimo de respeito com os trabalhadores nessa situação. Na cláusula 48, que é sobre auxílio para os dependentes especiais, foi mais grave, pois em nenhum momento a empresa se preocupou com esses empregados e seus dependentes, com problemas especiais de

saúde. Também modificou a cláusula sobre levar cônjuge ou dependente ao médico. Cortou seis dias ou 12 turnos para um dia, para menores de seis anos, curatelados ou dependentes especiais, e dois dias para esposa ou companheira grávida.

Sobre os atestados, tínhamos até quatro dias, e se passasse até 15 dias, para entregar desde que respondesse um documento entregue pelo gestor. Hoje, são dois dias, a partir da emissão do mesmo. Ainda há outras cláusulas que foram cortadas e em algumas não perdemos o direito pela legislação vigente.

Categoria dos Correios, se não lutarmos, se não tivermos disposição de sair do conforto, a empresa virá com tudo, “passando o trator”. Vemos bem o nosso passado. Perdemos 50 cláusulas, há a privatização e o projeto 591. Esperar mais o quê? Não respeitaram a saúde e a segurança do trabalhador e houve um ataque sem precedentes contra a categoria.

Trabalhadores do Sintect/JFA, convocamos todos da base para reconquistarmos as cláusulas do acordo que foram retiradas. Lutar sempre!

Siga o Sintect/JFA nas redes sociais



facebook.com/sintectjuizdefora



Sindicato dos Trabalhadores nos Correios SintectJFA

Os perigos da Reforma Administrativa

Vivemos tempos sombrios, tempos esses em que nossas conquistas e direitos adquiridos estão sendo retirados e desrespeitados de forma arbitrária. Vimos isso no Acordo Coletivo do ano passado, em que a própria relatora do dissídio coletivo comentou nunca ter visto uma categoria de trabalhadores ter tantas perdas em um julgamento.

Além das ameaças das privatizações das empresas públicas, o governo agora também nos ameaça com a Reforma Administrativa, através da proposta de emenda à constituição (PEC 32/2020). Um verdadeiro ataque aos servidores públicos, com o discurso de procurar desamarrar a burocracia e promessas de agilizar as instituições públicas, acabando com os concursos e retirando a estabilidade dos trabalhadores, que é uma garantia e proteção para executar suas atitudes com imparcialidade. Recentemente, tivemos um exemplo disso na CPI da Covid, em que um servidor de carreira, técnico do Ministério da Saúde, negou-se a assinar um suposto esquema de corrupção na compras de vacinas e agindo corretamente denunciou tal esquema.

Por esse motivo, a estabilidade e concursos públicos são importantes e garantem a imparcialidade, diferentemente das indicações e cargos de confiança, pois o trabalhador fica refém de seu contratante, sofrendo ameaças de que se não cumprir seus interesses poderá ser demitido.

Analisando a postura covarde desse governo contra a classe trabalhadora, é necessário unirmos forças e irmos juntos para os movimentos e atos democráticos para mostrarmos nossa insatisfação, pois somente os movimentos populares poderão barrar tais atrocidades e futuros ataques contra nós.

Por Xandão, diretor de Formação e Relações Sindicais



Junte-se a nós nas manifestações “Fora, Bolsonaro!”



Você sabia?

É hora de lutar para não perdermos nossos empregos

por Reginaldo de Freitas, diretor Jurídico do Sintect/JFA

Companheiros e companheiras, estamos iniciando nossa Campanha Salarial de 2021/2022. Com certeza, vamos negociar com uma gestão militarista que não prima pelo diálogo, uma gestão truculenta.

Já na primeira reunião, mantém as retiradas de conquistas e direitos da última campanha, e quer ainda nos empurrar um banco de horas. Neste momento, temos que ter a consciência de que não há mais o que perder, então, nos resta a luta. Se enxugarem os Correios, como querem, perderemos os nossos empregos com a privatização. Temos que arregaçar as mangas e irmos para cima deles.

Vejam o que fizeram com a Eletrobrás. Foi um custo de R\$20 bilhões e passaram a “boiada”. Com os Correios não será diferente se não reagirmos a tempo. Temos que ter a consciência de que a nossa luta será grande e poderá fazer a diferença. Não será uma questão de escolha, mas de necessidade. Se não fizermos uma grande greve, forte e firme, não mais teremos Campanha Salarial, não mais teremos os Correios, e sem, ele não teremos os nossos empregos. Por isso, temos que lutar, como se o amanhã não existisse. Não vamos facilitar para nossos inimigos.

Vamos mostrar a eles que temos dignidade. Os Correios devem permanecer público, com serviços de qualidade. Temos que ganhar as ruas e a opinião pública.

Na manhã de 6 de julho de 2021, não fomos surpreendidos com a notícia de que a PL 591/21 foi colocada na ordem do dia da Câmara Federal, pelo presidente Arthur Lira, com o objetivo de desfazer de toda operação da empresa (<https://www.cartacapital.com.br/politica/camara-deve-votar-privatizacao-dos-correios-nos-proximos-dias>), acessado em 06/07/21. Mas no dia seguinte, houve a retirada da pauta, devido à mobilização popular.

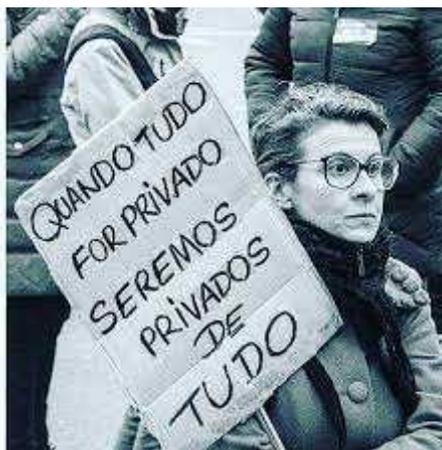
Aqui reafirmamos que temos que fazer uma grande greve e mostrar para a sociedade que este governo quer “exterminar” com nossa soberania, com as vendas das estatais que são imprescindíveis para implementação de políticas públicas e sociais para a população trabalhadora. Se esmorecermos, amanhã seremos apenas passado, lembrança. Vencermos este desgoverno deve ser nossa meta.

~ SINDICALIZE-SE ~

Fortalecendo a luta, avançamos nas conquistas!

Privatizações não trazem benefícios e prejudicam população de baixa renda

A medida provisória MP 1.031, aprovada em 21/06/2021, votada às pressas pelo Congresso, trata da privatização da Eletrobrás. Uma gigante do setor elétrico que administra 48 hidrelétricas, 12 termoeletricas, duas usinas nucleares e uma solar. E teve, entre 2018 e 2020, um lucro de 30 bilhões. O governo alega que com a privatização o consumidor terá uma redução de 7,36% nas contas, o que é desmentido por especialistas, pois o setor irá para iniciativa privada que tem como principal objetivo remunerar os acionistas e dar lucro aos investidores. Segundo Luiz Puguelli Rosa, ex-presidente da Eletrobrás, haverá um aumento direto de 25% para o consumidor. E como toda indústria e serviços dependem de energia elétrica, esse aumento será inevitavelmente repassado ao consumidor. O Brasil está na contramão de países como EUA, Alemanha e China, onde esse setor não é aberto à iniciativa privada e capitais estrangeiros. Sendo isso típico de países subdesenvolvidos.



A privatização é ainda mais perversa com as classes sociais com menor poder aquisitivo, pois o texto, aprovado pela Câmara dos Deputados, desobriga a manter o Centro de Pesquisas Elétricas (CEPEL) e retira o programa de universalização do acesso à energia, como o programa LUZ PARA TODOS, reconhecido pela ONU como um dos maiores programas sociais do mundo. Como a energia deixa de ser um bem social e passa a ser exclusivamente uma mercadoria, restringe ainda mais o acesso da população de baixa renda, que ficará cada vez mais excluída. A tarifa social que garante desconto a pessoas de baixa renda e beneficia oito milhões de famílias será excluída.

Ainda haverá um grande impacto no meio ambiente com investimentos em termoeletricas e gasodutos, que aumentarão em 17,5 a 20 milhões de toneladas de CO2. Em 15 anos, será um total de 260 milhões de toneladas. Obras que passam por terras indígenas, sem o devido licenciamento ambiental. E ainda, segundo a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), 7.500 empregos serão comprometidos, ou seja, 7.500 postos de trabalho vão desaparecer, o que constitui uma violência social.

Pelo pouco que foi exposto, podemos ter a certeza de que a privatização nunca é boa para a população em geral e menos benéfica para a população com menor renda. Cabe a nós, enquanto trabalhadores, lutar e impedir que o patrimônio público seja entregue à iniciativa privada, expondo cada vez mais a população ao infortúnio de não ter acesso a serviços essenciais, para uma melhor e mais digna condição de vida.



Jurídico

por Sandro Tavares, assessor jurídico do Sintect/JFA

Campanha Salarial: visão jurídica

Saudações a toda categoria ecetista. Estamos iniciando mais uma Campanha Salarial, para a nova composição de cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho. Como visto no ano passado, após a perda da grande maioria das conquistas, e com o atual Governo Federal e a administração da empresa, podemos esperar uma atuação firme empresarial para tentar fazer novos cortes de cláusulas do contrato e imprimir um reajuste salarial o menor possível.

Contudo, não vejo perdemos mais do que já perdemos na última Campanha Salarial e o julgamento frente ao TST. No mais, devemos permanecer cláusulas como se encontram, a não ser que em face do julgamento de um novo Dissídio Coletivo, que deve acontecer, altere-se e mude a composição dos Ministros que venham a realizar o novo julgamento, pois, aí, poderemos pensar em alterações e no retorno de cláusulas retiradas no julgamento do ano passado.

A pauta de reivindicações da Federação não deve modificar em tentar resgatar todas as cláusulas retiradas injustamente, forçando novo julgamento do Dissídio Coletivo e, assim, verificar a composição de um novo julgamento com a composição de outros Ministros junto ao Tribunal Superior do Trabalho.

Independentemente dos acontecimentos do julgamento do ano passado do Dissídio, temos que nos manter firmes, em que pese o atual Governo Federal e a administração da empresa, e demonstrar para o TST os efeitos maléficos que o julgamento resultou para a vida de todo trabalhador ecetista.

Acesse nosso site!

consultas jurídicas
contracheque
acordos coletivos
convênios
notícias
charges
informativos
e muito mais!

SINDICALIZE-SE!
Fortalecendo a luta, avançamos nas conquistas!

Consultar Processos
 Consultar Ticket/Vale-cultura
 Consultar ACT - 2017/2018
 Consultar Contracheque
 Postal Saúde

A Campanha Salarial já começou! Fique atento(a) às informações pelo nosso jornal online, página no Facebook, canal do YouTube ou nosso site



Economize água, proteja vidas!

